

Cruesp diz não haver “fato novo” para agendar reuniões, mas arrecadação supera todas as expectativas nos primeiros cinco meses. Esse é o fato novo, reitores!

Fórum reivindica reunião técnica e negociação ainda em junho e indica retomada da mobilização em agosto

“**C**onsiderando a inexistência de fato novo apto a ensejar a alteração da proposta apresentada ao Fórum das Seis, o Cruesp entende não haver razões para retomar o processo que levou à decisão institucional adotada”.

O trecho é do **Ofício Cruesp 12**, de 10/6/2024, no qual os reitores respondem à solicitação do Fórum das Seis, de agendamento de reuniões técnica e de negociação. A resposta não corresponde à realidade. Há fato novo sim: a arrecadação do ICMS nos primeiros cinco meses de 2024 superou todas as expectativas, ficando 14,7% maior que igual período de 2023. Assim como ocorreu no primeiro quadrimestre, os resultados de maio/2024 surpreenderam: a quota-parte do estado (QPE) do ICMS, que corresponde a 75% da arrecadação e sobre a qual incidem os repasses para as universidades, deve fechar em R\$ 13,594 bi (21,20% a mais que em maio/2023).

Na reunião com o Fórum das Seis, os técnicos do Cruesp reconheceram não haver dúvidas de que a previsão de ICMS-QPE da Secretaria da Fazenda para 2024 (R\$ 154 bi) será facilmente superada. Tanto é que, na reunião de negociação de 16 de maio, trabalhou-se com dados de arrecadação de R\$ 157 bilhões. Nos estudos realizados pelo Fórum das Seis, a perspectiva é que esse montante ultrapasse os R\$ 160 bi.

Inflação mensal e acumulada, reajuste necessário para recuperar o poder aquisitivo de maio/12 e massa salarial perdida desde maio/2012

	IPCA	IPC-FIPE	Fórum das Seis
Índice	0,46%	0,09 %	0,46%
SR	89,00%	92,32%	89,11%
Reajuste*	12,36%	8,32%	12,23%
Salários perdidos	19,8	16,1	20,3

- A tabela fornece os dados de maio/24 de inflação, salário real e reajustes necessários para que voltamos ao poder aquisitivo de 1º de maio de 2012.

- A sigla SR indica o poder aquisitivo do salário de maio/24 (recebido em junho/24) em relação ao de 1º de maio de 2012.

Obs.: O índice utilizado pelo Fórum das Seis baseia-se no ICV-Dieese até fev/20 e INPC após esta data.

Que outro fato novo é necessário para que o Cruesp retome a mesa de negociação com as entidades representativas das categorias, encerrada unilateralmente em 16 de maio? A negativa em seguir dialogando sobre as reivindicações da **Pauta Unificada**, especialmente sobre a **recuperação salarial** e a **permanência estudantil**, serve apenas para reforçar a constatação de que as universidades querem seguir ampliando suas reservas à custa de arrocho salarial e omissão frente às crescentes demandas da permanência estudantil e de melhorias nas condições de trabalho e estudo.

Faltam 12,23% para voltar a maio/2012. Já são 20,3 salários perdidos

Cálculos do GT Verbas da Adusp/ Fórum das Seis apontam que, em maio/2024, ainda faltam 12,23% para recuperarmos o poder aquisitivo de maio/2012, período de referência para as nossas reivindicações. Como mostra o quadro, de maio/2012 a maio/2024, deixamos de receber o equivalente a 20,3 salários.

Reunião técnica em junho, negociação na sequência: Queremos discutir recomposição salarial e permanência

O Fórum reivindica o agendamento de reunião técnica ainda em junho, para analisar o crescimento da arrecadação do ICMS e as perspectivas do cenário econômico, seguida de mesa de negociação com os reitores, para discussão de dois pontos centrais: a re-

composição salarial, incluindo a proposta de valorização dos níveis iniciais das carreiras, e a permanência estudantil.

Assembleias de 17 a 21/6: Debater a retomada da mobilização em agosto e a nossa reação aos ataques do governo Tarcísio

Na rodada de assembleias prevista para o período de 17 a 21 de junho, o Fórum das Seis indica às categorias que discutam:

➔ A retomada da mobilização em agosto, em defesa da recomposição salarial e das demandas da permanência estudantil;

➔ A reação das categorias aos crescentes ataques do governo Tarcísio aos serviços públicos (cortes de verbas para a educação, ataque às universidades e à Fapesp, privatizações entre outros, como mostra matéria na *pág. 4*).



Na 11ª edição do **Minuto Fórum das Seis**, Michele Schultz, coordenadora do Fórum das Seis e presidenta da Adusp, fala logo após reunião das entidades representativas em 14/6/2024. Ela aborda a postura do Cruesp e os indicativos às categorias.

<https://youtu.be/6dh-pwRw2gg?si=HJaZ0ktwi5aG6BXM>

Acesse este boletim online aqui



“Como ficará o financiamento das universidades estaduais paulistas com a reforma tributária?”

➔ *Fórum das Seis promove debate em 25/6, no campus da Unesp de Bauru, com transmissão ao vivo. Tema antecipa os embates que virão junto ao governo Tarcísio e à Alesp para garantir valores adequados nos próximos anos*

➔ *Atividade é parte da jornada de lutas em junho e indicativo é paralisar o trabalho nas unidades para assistir coletivamente*

A reforma tributária aprovada no Congresso Nacional em dezembro passado (PEC 45/2019) trará impactos diretos ao financiamento das universidades estaduais paulistas. Já se sabe que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) será extinto e, em seu lugar, será criado o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esse novo imposto começará a vigorar progressivamente a partir de 2026, até substituir plenamente o ICMS.

Atualmente, é de uma parcela do ICMS – mais especificamente, 9,57% da Quota-Parte do Estado (QPE), que corresponde a 75% do total – que provêm os recursos para a Unesp, a Unicamp e a USP.

A destinação deste percentual não consta na Constituição Estadual, mas está prevista no Decreto nº 29.598/1989, que estabeleceu a autonomia das três universidades em 1989. Na época, o índice era de 8,4% e foi subindo nos anos seguintes, por conta das mobilizações da comunidade acadêmica, até chegar nos 9,57% atuais.

Com o fim do ICMS, a grande questão é saber como ficará o financiamento da Unesp, da Unicamp e da USP.

Por meio do seu Grupo de Trabalho (GT) Verbas, o Fórum das Seis fez um estudo sobre as alternativas. O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), por sua vez, montou um GT que também se debruçou sobre o assunto. A conclusão de ambos é parecida: a equivalência para os atuais 9,57% do ICMS-QPE fica em torno de 8,6% da Receita Tributária Líquida (RTL) do estado. É da RTL, aliás, que sai o financiamento atual da Fapesp (1%), previsto na Constituição estadual.

A comunidade acadêmica deve se preparar para defender o financiamento das universidades estaduais. Há o temor de que essa mudança, que terá que ser negociada com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), traga prejuízo às instituições. O atual governo não esconde sua insatisfação pelo fato de as universidades terem autonomia e dotação orçamentária fixa.

debate

Como ficará o financiamento das UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS com a REFORMA TRIBUTÁRIA?

25/6/2024, terça-feira, 10h.

Local: Campus da Unesp de Bauru
(Anfiteatro do Departamento de Educação da FC)



Transmissão ao vivo:
<https://tinyurl.com/debateF6>

Apoio técnico: Equipe CDeP3

Presenças:



Sebastião Neto Ribeiro Guedes,
diretor da Adunesp, representante da Unesp no GT instituído pelo Cruesp sobre o tema



José Luis Pio Romera, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), membro do GT Verbas da Adusp/Fórum das Seis



Michele Schutz, presidenta da Adusp e coordenadora do Fórum das Seis

Apresentação:
Jorge Cerigatto, diretor do Sintunesp

FORUM das seis









DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação estudantil da Unesp

Indicativo do Fórum é parar e assistir

Apropriar-se das informações e entender o que está em jogo é um primeiro passo importante. Por isso, o Fórum das Seis promoverá um debate no dia 25/6, intitulado “*Como ficará o financiamento das universidades estaduais paulistas com a reforma tributária?*”, no campus de Bauru e com transmissão ao vivo.

Quem não puder comparecer na atividade presencial terá a alternativa de acompanhar ao vivo. Como o debate é parte da agenda da jornada de lutas de junho – e devido à enorme importância do tema – o indicativo do Fórum das Seis é que as categorias paralisem o trabalho para assistir coletivamente a transmissão.

Confira os detalhes e participe!

Serviço

Data: 25 de junho de 2024, 10h.

Local: Anfiteatro do Depto. de Educação da FC/Unesp de Bauru).

Presenças: Sebastião Neto Ribeiro Guedes (diretor da Adunesp, representante da Unesp no GT instituído pelo Cruesp sobre o tema), José Luis Pio Romera (diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, membro do GT Verbas da Adusp/Fórum das Seis) e Michele Schultz (presidenta da Adusp e coordenadora do Fórum das Seis).

Apresentação: Jorge Cerigatto, diretor do Sintunesp.

O evento será presencial e com transmissão ao vivo, pelo canal do Youtube do Sintunesp, no link

<https://tinyurl.com/debateF6>



Ampliação de recursos, garantia do “no mínimo”, defesa das verbas da educação e da Fapesp

Fórum das Seis defende propostas em audiência pública na Alesp sobre a LDO 2025

A última audiência pública para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2025 aconteceu em 11/6, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), depois de ter sido adiada. O auditório Paulo Kobayashi ficou repleto de representantes de entidades sindicais e de movimentos sociais, que defenderam demandas gerais e específicas em relação ao orçamento do estado para o próximo ano, cujas diretrizes constam no projeto de lei (PL) 302/2024, de autoria do Executivo. O Fórum das Seis foi representado por sua coordenadora e presidenta da Adusp, Michele Schultz.

Tão logo o PL 302 começou a tramitar na Alesp, no início de junho, o Fórum das Seis enviou propostas de emendas a todos/as os/as parlamentares, voltadas a ampliar os recursos para o conjunto da educação pública, as universidades e o Centro Paula Souza, e reverter o ataque contra a Fapesp. Elas foram subscritas por deputados e deputadas de partidos de oposição na Alesp (PT, PSOL e PCdoB). A coordenadora do Fórum falou sobre as emendas durante a audiência.

Ao defender o aumento de recursos para a educação pública, Michele criticou a proposta de emenda constitucional (PEC 9/2023), de autoria do Executivo, que tramita na casa. “Enquanto o governo Tarcísio busca reduzir o investimento em educação de 30%, como prevê a Constituição, para 25%, nós defendemos um aumento para 33%, porque esse é um setor fundamental para a sociedade”, disse. Se



Audiência pública em 11/6 discutiu o orçamento paulista para 2025

aprovada, a PEC 9 representará um corte, em valores atuais, de cerca de R\$ 10 bilhões anuais da educação.

Em relação às universidades estaduais, Michele lembrou que há emendas que propõem o aumento dos recursos – atualmente, elas recebem 9,57% da quota-parte do estado no ICMS – e chamou a atenção dos parlamentares presentes para a necessidade de incluir no artigo 5º a expressão “no mínimo” antes dos 9,57% do ICMS-QPE.

A coordenadora do Fórum também defendeu as emendas que pedem dotação orçamentária (3,3% do ICMS-QPE) para o Centro Paula Souza, autarquia que administra as mais de 300 escolas técnicas (ETEC) e faculdades de tecnologia (FATEC) espalhadas pelo estado. A cada ano, cabe ao governador decidir quanto será destinado a elas no orçamento do ano seguinte.

Ela também ressaltou a importância da retirada do inciso IV do artigo 22 do PL 302/2024, tema de uma das emendas propostas pelo Fórum. O inciso permite que o governo reduza 30% do orçamento da Fapesp em 2025, na contramão do previsto na Constituição paulista, que garante ao órgão 1% das receitas tributárias líquidas do estado. “A Fapesp é estratégica no financiamento da ciência e tecnologia no estado e não podemos permitir esse retrocesso.”

Por fim, Michele chamou a atenção para o expressivo aumento de renúncias de receita (desonerações e isenções concedidas a empresas) para o próximo

ano. O PL 302 indica R\$ 71,5 bilhões em renúncia fiscal no estado de São Paulo em 2025, o que é 12% superior ao previsto para 2024. Trata-se de um volume gigantesco de recursos que deixarão de entrar nos cofres públicos e que poderiam ser usados para ampliação e melhorias dos serviços prestados à população, inclusive para o financiamento das universidades.

Reunião com relator

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Alesp definiu o deputado Barros Munhoz como relator da LDO 2025. Ele será responsável pelo relatório que irá para votação em plenário, que deve ocorrer até final de junho.

Na audiência pública em 11/6, o Fórum das Seis entregou a ele uma cópia das emendas e solicitou aos seus assessores o agendamento de uma reunião para tratar delas. Ainda não houve retorno ao pedido.

A base governista é ampla maioria na CFOP. Além do presidente, o deputado Gilmaci Santos (Republicanos), ela é composta pelos parlamentares efetivos Alex Madureira e Fabiana Bolsonaro (PL), Barros Munhoz e Carlão Pignatari (PSDB), Solange Freitas (União Brasil), Itamar Borges (MDB), Ricardo França (Podemos) e Oseias de Madureira (PSD). Da oposição, somente os deputados Enio Tatto e Luiz Cláudio Marcolino (PT), este último vice-presidente da comissão.



Clique em
<https://youtu.be/zUYYaE9adsc>
para assistir vídeo com a íntegra
da fala da coordenadora do
Fórum das Seis em 11/6.

Tarcísio volta à carga e tenta aprovar PEC 9. Entidades convocam presença na Alesp e ato público contra o desmonte dos serviços públicos em 21/6

Após indicar à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia Legislativa que retirasse de tramitação a proposta de emenda constitucional (PEC) 9/2023, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) mudou de ideia e decidiu tentar aprová-la agora. A PEC 9 prevê a redução da verba orçamentária destinada à educação pública dos atuais 30% para 25% das receitas do estado. Isso corresponde a uma perda anual de cerca de R\$ 10 bilhões nos recursos da educação pública, o que afetaria drasticamente a rede pública de educação básica, o Centro Paula Souza e as universidades estaduais.

A mobilização dos movimentos sindical e social – somada à obstrução sistemática da bancada de oposição, tendo à frente a deputada Professora Bebel (PT) – conseguiu impedir até este momento a aprovação na CCJR, último passo necessário para que a PEC vá à votação em plenário. A semana de 17 a 21 de junho é considerada decisiva e há um chamado para redobrar a pressão sobre a CCJR.

Ato público no MASP em 21/6

Na sexta-feira, 21/6, às 16h, com concentração no MASP, em São Paulo, está previsto um ato unificado do funcionalismo contra o desmonte da educação e dos serviços públicos. A atividade é parte de uma jornada de lutas de 48h organiza-

da pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP (Apeoesp) e está sendo convocada também pela Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos, que reúne cerca de 90 entidades representativas do funcionalismo paulista, entre elas as que compõem o Fórum das Seis.

Saco de maldades tem corte de verbas, privatização e militarização de escolas

O atual governo do estado de São Paulo, liderado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e seu vice, Felício Ramuth (PSD), vem avançando nos ataques aos serviços públicos e, conseqüentemente, retirando direitos da população. Com apoio expressivo na Assembleia Legislativa, não é novidade que a política defendida pelo governador esteja alinhada a lógicas privatistas, uma vez que seu projeto coaduna com o do ex-governo de Bolsonaro-Mourão, ou ao chamado bolsonarismo.

A seqüência de ataques é grande, desde ações adotadas para “agradar” o eleitorado mais conservador, como é o caso do anúncio de que a Secretaria da Educação, liderada pelo secretário/empresário Renato Feder, iria abrir mão dos livros didáticos impressos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), medida que foi abandonada após grande repercussão negativa, até o projeto de implantação de escolas cívico-militares no estado, aprovado em 21/5/2024 sob cassetetes e bombas da tropa de choque contra manifestantes contrários, a maioria estudantes.

O aumento da violência policial, que bate recordes sob o comando do secretário Guilherme Derrite – em 2023, a PM paulista matou 34% a mais do que em 2022, mais de uma morte por dia – é outra faceta do governo Tarcísio-Ramuth que visa captar o apoio da parcela da população que simpatiza com as políticas da extrema direita.

Os ataques que miram diretamente os serviços públicos passam não só pela



Passeata em São Paulo durante a greve nas ETEC e FATEC em agosto/2023

PEC 9/2023, citada no início desta matéria e que visa cortar recursos da educação pública, mas também pela privatização de empresas públicas de grande interesse para a iniciativa privada, como Sabesp (já aprovada), Metrô, CPTM e outras, além do possível fechamento de órgãos públicos e venda de seus prédios. No início de maio, o portal do governo na Internet chegou a anunciar a venda de imóveis públicos na página da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), retirada do ar após grande repercussão negativa. Dentre os imóveis postos à venda estavam o prédio da administração do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), a Pinacoteca, o Hospital das Clínicas, o Emílio Ribas, o Horto Florestal, o Jardim Botânico, a Estação Ecológica da Juréia e escolas da rede estadual. O anúncio do projeto ‘São Paulo na Direção Certa’, feito por Tarcísio em 25/5/2024, reforça tais intenções, com possibilidade de avançar a proposta de reforma administrativa, que poderá afetar enormemente os serviços públicos e suas/seus servidoras/es.

A sanha privatista e empresarial de Tarcísio-Ramuth não para por aí. O desmonte da ciência e tecnologia públicas está presente explicitamente no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025, que estipula um corte de até 30% dos recursos públicos destinados à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Sobre isso, veja mais na página anterior.

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público convoca o conjunto do funcionalismo e a população a defender os serviços públicos e nossos direitos!

21 de junho, 16 horas, no Masp

ATO UNIFICADO DO FUNCIONALISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS CONTRA O DESMONTA DA EDUCAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

- ✓ contra a militarização das escolas
- ✓ contra o corte de verbas para educação
- ✓ contra a privatização da educação
- ✓ em defesa das ciências e tecnologias públicas

Adusp

Banner da Adusp convoca o ato do funcionalismo em 21/6/2024, no MASP